

Parte IV
Diversa

Vertical line on the left side of the page.

Cânone: dúvidas e ambigüidades

Helena Parente Cunha*

Resumo

Em meio a dúvidas e perguntas, procura-se entender a sobrevivência do cânone e seu caráter hegemônico, totalitário, hierarquizante, discriminador, em nossa época empenhada em subverter as rígidas representações regulamentadoras da modernidade. É possível que sua insistente presença se justifique, por continuar ligado à noção do nível estético que, por certo, é indispensável para legitimar a obra literária. Talvez devido a seu antigo poder, pertencente ao autoritarismo próprio da modernidade, o cânone tenha deixado um legado que ainda permite sua sobrevivência quase como sinônimo de qualidade. Como esclarecer tantas dúvidas?

Palavras-chave: Cânone; Hierarquia; Desconstrução; Estético; Pós-Modernidade.

ESCLARECIMENTOS QUE SE CONFUNDEM

Hoje, qualquer reflexão no âmbito cultural forçosamente tem que se inscrever na agenda do multiculturalismo e, portanto, no seu aspecto polimorfo, contraditório e desconstrutivista. Assim acontece com o sempre discutido conceito de cânone, uma das mais polêmicas e escorregadias questões dos atuais estudos literários, que desafia uma tomada de posição correta sobre seu verdadeiro papel nesta área do conhecimento. Como explicar a sobrevivência do cânone e seu caráter hegemônico e totalitário, em nossa época tão empenhada em desconstruir e subverter as representações normatizadoras da modernidade? Por acaso se trataria de uma das manifestações do paradoxo próprio do mundo pós-moderno? Até que ponto o cânone hoje estaria atrelado à noção do nível estético, por certo necessário para reconhecer uma obra literária? Durante o apogeu de sua vigência, com poderes para decretar ou não o reconhecimento de uma

* Universidade Federal do Rio de Janeiro.

obra, o cânone teria deixado um legado que ainda permite sua sobrevivência quase como sinônimo de qualidade. Talvez esta seja uma questão a ser considerada, uma vez que supor o cânone como categoria pertencente a exigências diversas das atuais, não significa deixar de lado ou ignorar o nível estético da obra.

Parece-me que qualquer tentativa para definir o que seria o cânone atual não tem fôlego para se concretizar de maneira convincente, devendo-se contentar com algumas noções genéricas a fim de determinar valores estéticos reconhecidos como indispensáveis e a serem legitimados segundo consenso e bom senso comum. Sem dúvida, trata-se de noções que se tornaram vagas demais e exigiriam prévia conceitualização do estético, tarefa difícil ou, em certos aspectos, impossível, neste momento de mudanças tão aceleradas, que teorias formuladas hoje podem ser ultrapassadas amanhã. Se durante os vários períodos de nossa civilização, os critérios estéticos variaram ao sabor do soprar dos ventos do contexto histórico, social, político, como nos situarmos hoje, quando os ventos sopram em tantas direções e até na violência dos tornados, ciclones e *tsunamis*? Envolvidos na colcha de retalhos de nossa fragmentada identidade, sob o peso da dissimetria de nossas subjetividades despedaçadas, como chegar a um consenso e sair do impasse? Presos neste círculo vicioso, se ficarmos o bicho pega, se sairmos, o bicho come.

No entanto, parece que a tendência (não sei até que ponto dominante), entre vários estudiosos da produção literária, é no sentido de se criar um novo cânone brasileiro para estabelecer o *corpus* oficial de nossas letras. Em relação aos critérios estéticos, por onde se chegaria ao indispensável denominador comum consensual para o que seria o cânone brasileiro, se o bom senso e o bom gosto, influenciados ou determinados ideologicamente, não podem escapar do tentacular colonialismo globalizado? Muitas vezes, nos investimos de furor iconoclasta e bradamos não à onda homogeneizante, mas tantas outras vezes, nem sequer percebemos nosso imperceptível dizer sim, enquanto, quase sempre, não dizemos sim nem não.

O cânone que, em períodos de maior pressão ideológica ou de uniformidade de tendências, teve seus dias de glória na orientação do fazer, do fruir ou do banir discursos literários, foi desfalcado do antigo controle legislador, embora, paradoxalmente, conserve grande parcela do prestígio e do poder. Rei sem coroa mas, sem perder a majestade, impõe sua presença intrusa, querendo ditar normas que não se sustentam e nos confundem as avaliações. Nestes últimos tempos, por mais que os estudos literários se voltem para o descentramento dos critérios tradicionais, ainda não abriram mão da problemática do cânone que atravança as tentativas para articular algum acordo consensual e capaz de justificar a inclusão desta ou daquela obra no repertório das qualificadas.

Eu me pergunto: pensar o cânone em tempos tão anticanônicos, tão refratários às imposições regulamentadoras, não seria sinal da dificuldade de se escapar da visão centrista, hierarquizante, discriminatória, de caráter hegemônico e autoritário? Minhas dúvidas crescem, quando penso nos critérios a adotar para concluir se tal obra estaria ou não em condições de atender às exigências de qualidade. É freqüente ouvir-se falar, em referência a tal obra assim e assim, poder ser ou não “canonizável”, o que vem confirmar a insistente sobrevivência do ranzinza legislador.

ORIGEM DESTE CAMINHO DE PERGUNTAS

Passo agora a algumas considerações necessárias para justificar o porquê destas minhas dúvidas e perguntas. No Rio de Janeiro, nas últimas décadas, surgiram movimentos que abrigam alguns milhares de poetas e poetisas, pertencentes ou não às dezenas de grupos que se entregam à abundante produção de discursos poéticos.

Tudo leva a crer na dificuldade de se promover uma leitura isenta de preconceitos a partir dos critérios de outrora, diante da variedade temática e formal dessa produção textual mais recente, em que se surpreende a coexistência de vários estilos, diferentes registros, dicção oralizante, poemas longos ou breves, sonetos, *haicais*, trovas, dísticos, fragmentos de prosa poética, poemas em prosa, epigramas, textos fiéis à correção gramatical ou em ostensiva ruptura com a sintaxe e com a pontuação, passando pelo acento nostálgico da memória ou romântico dos grandes amores ou ainda pelo tom agressivo de denúncia, ante o abandono dos excluídos, ora em voz irônica, irreverente, debochada, ora valendo-se do coloquial, do popular e do popularesco falados nas ruas ou nos becos das cidades.

Foi o estudo desta variada produção que propus ao meu Grupo de Pesquisa do curso de pós-graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Meu projeto contemplava especificamente as poetisas que haviam publicado o primeiro livro depois de 1990, tendo eu reunido e publicado em um volume o resultado desse estudo, *Além do cânone* (PARENTE CUNHA, 2004).

Na verdade, se trata de um conjunto heterogêneo, em que muitas daquelas vozes poéticas correspondem às exigências acadêmicas, contudo, não podemos esquecer que esse nosso discurso, de modo geral, apresenta caráter hegemônico e isso contraria a visão pluralizante do pós-moderno. Por outro lado, não posso deixar de reconhecer que outras vozes escapam daquela teimosa visão canônica. Justamente, por conta dessa desigualdade, no meu Grupo de Pesquisa surgiram muitas dúvidas, tendo alguns participantes desistido de levar adiante o arriscado e polêmico projeto.

A partir desta desigualdade do ponto de vista estético, surgem novas perguntas. Seria justo cair na armadilha centrista da exclusão? Se assim o fizéssemos, até que ponto estaríamos repetindo ou reciclando o autoritário sistema discriminatório da modernidade patriarcal? A dúvida permaneceu, em relação à maneira como considerar os poemas que não correspondessem às tradicionais cobranças quanto ao nível de qualidade. Como se vê, trata-se de uma caminhada de dúvidas e perguntas.

Após muitas discussões e debates, meu Grupo e eu chegamos à conclusão de que não se pode simplesmente ignorar essa produção poética heterogênea que inclui textos dotados de condições de atenderem às tradicionais especificidades da literariedade (aliás, categoria para muitos já superada), sendo, porém necessário engendrar mecanismos próprios para considerar, sem concessões, os discursos que não correspondam às demandas acadêmicas. Até o momento, não encontramos resposta para este impasse.

De uma forma ou de outra, não me parece justo que os estudos acadêmicos ignorem esta diversificada produção que tanto entusiasma poetas e poetisas, muitos dos quais investindo-se, como afirmam, da missão de divulgar poesia. Eduardo Portella (1997) é categórico:

Não é difícil perceber que o espólio canônico da última modernidade, ou da pós-modernidade, ou da baixa-modernidade, se encontra amplamente desvalorizado. Como se não bastassem os extravios teóricos, a velocidade da mídia desestabiliza o poder do cânone. O tempo interior das metáforas se vê subvertido. A eloquência, o canto, as representações da voz na retórica consagrada, que já não resistiram a tratamento eletrônico, resistem menos ainda à concorrência multimidiática. O impasse engendra interrogações jamais formatadas: como sair da representação sem resvalar, pura e simplesmente, no simulacro? (p. 7)

Nesta nossa dita “sociedade do conhecimento”, conhecer é um modo de organização de poder e controle, através da informatização progressiva. Para Muniz Sodré, se trataria de uma sociedade digitalista em curso que “reduz o conhecimento extensivo do social ao paradigma produtivista da tecnocultura, isto é, à cultura hegemonicamente orientada para a pura inovação tecnológica e para o mercado” (MUNIZ SODRÉ, 2003, p. 21). Ou seja, esta criatura reduzida à microeletrônica, estaria despojada de sua força criadora e de todos os valores percententes ao estatuto humano. O empenho dos alguns milhares de poetas e poetisas destes movimentos no Rio de Janeiro (e, segundo informações recentes, também em várias outras cidades brasileiras) por certo constitui algo novo e saudável, nestes tempos de tanta aridez, pragmatismo e desesperança. A desreferencialização, responsável por grande parte da angustiante instabilidade contemporânea, não atinge os mais fiéis militantes desses movimentos, uma vez que

encontraram sua grande referência no vigor da poesia, refazendo de algum modo o derrotado projeto utópico da esperança.

ORA SIM, ORA NÃO, ÀS VEZES, TALVEZ

A propósito da atitude ambígua, própria da pós-modernidade, em relação ao cânone eurocêntrico, devemos lembrar que, ao mesmo tempo em que muitos ainda insistem na sua conservação, por outro lado, tem sido também objeto de muita desconfiança e suspeita. Já faz algumas décadas que a universidade abriu suas portas institucionais para o estudo de muitas falas alteritárias, distantes dos condicionamentos do antigo projeto canonizante. Inúmeras teses de doutorado e dissertações de mestrado resultaram de pesquisas sobre letras de canções da Música Popular Brasileira, principalmente de Caetano Veloso e Chico Buarque de Holanda, além de Gilberto Gil e Djavan, entre outros. Orientei uma dissertação que estudava o imaginário brasileiro, a partir das letras de pagode, música de axé e funk. Soube de um projeto de tese, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre o papel das mães baianas nas escolas de samba. Participei de uma banca de mestrado, na Universidade Federal Fluminense (UFF), sobre o bailado da porta-bandeira e do mestre-sala. Entre outros, esses temas que atualmente percorrem as páginas de teses de doutorado, dissertações de mestrado e entram em ementas de cursos de graduação e pós-graduação, seriam inadmissíveis até há poucas décadas atrás.

Não se pode negar a rápida e progressiva flexibilização das exigências canônicas e o enfraquecimento do modelo europeu centralizador, o que tornou possível a escuta das vozes periféricas, antes execradas pelo padrão ideológico. À medida que segmentos alteritários começaram a se politizar e a se conscientizar dos seus direitos, as fronteiras políticas se expandiram para acolher reivindicações e denúncias, enquanto o mundo da literatura dava passagem para construções discursivas provenientes de fontes afastadas das elites cultas, podendo-se ouvir hoje um sem número de vozes, dos mais variados timbres, modulações e sotaques, entre as quais, mulheres, afro-descendentes, *gays* e indígenas.

Acrescente-se ainda o fato de que os produtos textuais procedentes das ex-colônias africanas e asiáticas que, durante séculos, foram ignorados pela cultura falo-euro-etno-cêntrica, a partir de meados do século XX, após as lutas pela independência, ganharam força e *status* de disciplina nos currículos universitários. A uma grande parte dessa produção pós-colonial, empenhada em romper com os padrões estéticos do ocidente branco-europeu, foi conferido o estatuto literário, já havendo, para seu estudo, como se sabe, vários especialistas de renome e per-

tencentos ao mundo do antigo colonizador. Uma postura como esta representa mais um exemplo do afrouxamento das rédeas curtas com que o velho cânone mantinha o controle e o freio para a entrada de nomes no seu repertório.

MAIS UM TALVEZ

Esta estranha posição contraditória, ora de afastamento, ora de manutenção dos valores canônicos, talvez se deva, em boa parte, aos vestígios dos radicalismos de outros tempos, em nome de uma excelência de qualidade determinada pelo mesmo olhar direcionado para um único e exclusivo foco, apesar das múltiplas possibilidades apontadas no horizonte.

Recuando aos tempos do Brasil colonial e depois monarquista, em que os filhos das famílias ricas ou abastadas iam estudar em Coimbra, era de se esperar que os jovens bacharéis retornassem impregnados com as novidades culturais e estéticas de além-mar. A nostalgia do bucolismo, natural nos que viviam nos centros urbanos e que inspirou o Arcadismo europeu, ao ser transplantado para o ambiente rural brasileiro dos tempos coloniais, levou os excelentes poetas do Grupo Mineiro a se transformar em pastores (não raras vezes melífluos) a falar de amores e desamores a suas belas pastoras. Isto por conta do poder hegemônico da cultura dominante de então. Rita Schmidt (1997) entende por

hegemônico um sistema de coerções e pressões homogeneizadoras que atestam a capacidade da cultura dominante em apresentar uma versão, afirmar uma presença, construir um discurso e postular uma identidade como se só essa fosse a possível e a verdadeira. (p. 288)

É sabido que, após nossa independência de Portugal, o processo de unificação política do Brasil despertou o desejo de se configurar um projeto nacionalista que marcasse a feição identitária da recém-formada nação, livre das influências da metrópole. Naquele quadro, o reconhecimento de uma obra literária dependia da maneira como ela representasse e dignificasse os valores nacionais e construísse uma imagem de integração da sociedade como um todo homogêneo, disfarçando os mecanismos de exclusão. Essa parceria da cultura literária com a cultura nacional foi decisiva para a criação da nossa imaginária fisionomia política, tão bem ajustada à ilusória imagem da integração.

Assim, a formação do pensamento brasileiro foi legitimada pela elite cultural constituída por intelectuais da envergadura de um Sílvio Romero e um Joaquim Nabuco que, desprovidos de dispositivos capazes de os levarem a reconhecer os gravíssimos problemas do subdesenvolvimento, criaram para o Brasil uma realidade imaginária, sem se levar em conta as agruras da miséria de grande parte da população.

Estes intelectuais estabeleceram os critérios do cânone nacional, inserido na realidade moldada pela rigidez do padrão estético imposto pela superioridade cultural do antigo colonizador e, do ponto de vista ideológico, pelo regime patriarcal brasileiro, autoritário e hierarquizante, onde não havia espaço para vozes que não pertencessem aos ditames daquele centro. Num construto tão bem delineado, que determinava com mão de ferro as fronteiras entre o público e o privado, entre o masculino e o feminino, não poderia caber a literatura da autoria de mulheres, por exemplo.

POR QUE O CÂNONE PROIBIA A ENTRADA DE MULHERES?

Como aceitar que as mulheres rompessem os muros do sacrossanto espaço doméstico, onde lhes fora erguido, perversamente, um altar e um trono? Santa e rainha, todavia, escrava.

Apesar das convenções repressoras, o século XIX possui riquíssima produção literária feminina, contando com poemas, crônicas, artigos, peças teatrais, contos, romances, até há bem pouco tempo praticamente ignorados e que têm sido descobertos pela dedicação de pesquisadores e pesquisadoras de várias universidades brasileiras empenhados/as em oferecer visibilidade aos numerosos nomes que não figuraram nas histórias literárias brasileiras da época nem nas posteriores. A rigidez do cânone, moldado pela cultura falocêntrica, não autorizava a entrada de mulheres nos seus olímpicos domínios.

As idéias avançadas que muitas daquelas escritoras tiveram a coragem de expor, nas páginas da imprensa e na sua produção literária, representavam uma transgressão inédita à ordem simbólica do patriarcado. Impedindo a liberação feminina, foram acionados novos mecanismos de poder que, ao sabor da onda positivista então em voga, investiram no enaltecimento da mulher, em nome da sua pureza e virtude, enquanto, numa atitude sem precedentes, colocava a mãe num pedestal para ser adorada por toda a família. O estereótipo do feminino frágil e não afeito à atividade intelectual, é fomentado, armando mais uma cilada para encarcerar a mulher nas muralhas de um reino que não passava de espaço subalterno e subordinado à poderosa majestade masculina.

Apesar da discriminação e das tentativas para impedirem a atividade intelectual feminina, não foram poucas as escritoras que, sem medo de arriscar a própria reputação, defenderam a emancipação da mulher, seus direitos de escolha, inclusive dando início a um discurso do corpo e do desejo, um dos alvos preferidos da coação que, baseada no imaginário da época, ainda via o demônio na figura da mulher.

Mesmo que as escritoras abordassem a temática mais inocente e inócua, o simples fato de escrever já era transgressão relativa à ordem de pertencerem ao *domus* e de lá não poderem arredar o pé. Por conseguinte, sua obra nem sequer era alvo de avaliação, no que se referisse à sua possível entrada no cânone estritamente masculino.

Não sei até que ponto eu poderia aventar a hipótese da sobrevivência dessa atitude discriminadora no que se refere aos estudos de gênero, hoje, em alguns (felizmente não todos) setores acadêmicos brasileiros que não vêm com bons olhos o estudo desta área do conhecimento. Sem querer parecer pós-colonial, não posso deixar de registrar o fato de que, enquanto, em universidades de pelo menos alguns países do chamado Primeiro Mundo, existem departamentos de estudos sobre a mulher, entre nós, algumas vezes, já soube da resistência até mesmo para ementas de curso ou linhas de pesquisa referentes a questões de gênero e, portanto, enfatizando a literatura de autoria feminina.

MAIS DÚVIDAS E AMBIGÜIDADES

Considerando-se a sobrevivente importância do cânone ainda hoje, para muitos setores, talvez se possa admitir tratar-se de ecos da poderosa cultura européia que tanto encantou e ainda atrai os intelectuais brasileiros. Desde os tempos em que a recém-formada nação brasileira se queria politicamente livre do colonizador e lutava por uma identidade nacional, por outro lado, não conseguia cortar os elos com a influência cultural européia. As investidas dos destemidos participantes da Semana de 22 contra os vestígios parnasianos e simbolistas em nossas letras, no início do século, não impediram a continuidade dos influxos europeus, tendo deixado para a posteridade as marcas de sua presença, em ecos ainda prolongados na voz de não poucos representantes de nossa intelectualidade, ainda hoje. O fato é compreensível, uma vez que se percebe que nosso desenvolvimento se processou na sombra da padronização da cultura ocidental, inculcada pela pressão colonial e absorvida naturalmente. Registre-se ainda que a homogeneização cultural se fundamentava na crença de que os valores e os produtos da cultura eram vistos sob critérios de universalidade e imutabilidade, por conseguinte, eternos, o que reforçava o caráter hegemônico da cultura européia. Desde os tempos do Império até hoje, a cultura brasileira vive esta dualidade: de braços abertos, acolhe as correntes vindas de fora, ao lado de uma urgência cada vez mais acentuada pela defesa da autonomia de nossa identidade e de nossa própria literatura.

E o cânone?

Estariam nossas leituras ainda presas aos aportes ideológicos do patriarcado? Por que existe, nos meios acadêmicos, tanta resistência para ver com olhar isento a vastíssima produção dos movimentos poéticos que vicejam à margem do reconhecidamente literário? Se negarmos os parâmetros críticos que legitimam o cânone e, portanto, sem critérios preconcebidos, em que lugar nos situaremos ante as novas práticas discursivas? Qual será nosso referencial, se recusarmos a subserviência a valores estranhos e estrangeiros? Como defender nossa identidade híbrida, sob a crescente influência globalizante das corporações supra-nacionais? No momento, parece que nossa única alternativa é continuar a perguntar.

Abstract

Surrounded by doubts and questionings, one tries to understand the survival of the canon and its hegemonic, totalitarian, hierarchic and discriminating character, at a time when the rigid representations that regulate modernity tend to be subverted. Maybe its insisting presence is justified by its link to the notion of aesthetic level, certainly indispensable to legitimate literary works. Maybe, given its former power, associated to the authoritarianism typical of modernity, the canon has left a legacy that still allows its survival as a synonym of quality. How can those doubts be clarified?

Key words: Canon; Hierarchy; Deconstruction; Aesthetics; Post-modernity.

Referências

CARNEIRO LEÃO, Emmanuel. Sociedade do conhecimento: passes e impasses. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 152, p. 11-20, jan./mar., 2003.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. XIX.

MUNIZ SODRÉ. Conhecimento e metodologia. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 152, p. 21-31, jan./mar. 2003.

PARENTE CUNHA, Helena (Org., Coord. e apresentação). *Além do cânone*. Vozes femininas cariocas estreadas na poesia dos anos 90. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

PORTELLA, Eduardo. Aporias do cânone. *Revista Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, n. 129, p. 5-8, abr./jun., 1997.

Vertical line on the left side of the page.